

INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A análise do processo de desenvolvimento econômico do Brasil nos mostra que, por cerca de quase quatro séculos, a economia esteve sob o jugo do poder agrário, com produção voltada para a exportação. Por todo o período colonial, a base econômica esteve assentada na exploração agrícola ou na exploração mineral com uso de mão-de-obra escrava. Esse modelo atendia aos interesses da metrópole portuguesa, para onde era remetida a maior parte dos lucros obtidos.

As relações entre Portugal e sua colônia na América davam-se por meio do Pacto Colonial, e por isso o desenvolvimento de qualquer outra atividade que pudesse prejudicar os interesses econômicos da metrópole era proibido. As restrições à implantação de indústrias no Brasil só foram revogadas com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, mas a concorrência dos produtos ingleses impedia o desenvolvimento do setor industrial. No período seguinte, quando o Brasil já constituía um Império, e durante os primeiros anos da República, a economia agrária permaneceu centralizando o poder, mudando apenas o produto: na maior parte do tempo o café, durante um curto período o cacau, e a borracha durante alguns anos.

É somente a partir do século XIX que se pode falar em industrialização no Brasil. Até então, a atividade industrial no país se resumiu à instalação de algumas pequenas fábricas, a maioria dedicando-se à produção de tecidos grosseiros, calçados, utensílios domésticos, equipamentos agrícolas simples, entre outros. Os resultados dessas poucas fábricas foram incipientes, especialmente se comparados aos da agricultura.

O primeiro surto industrial no Brasil ocorreu a partir de 1844, com a Tarifa Alves Branco, que elevou os impostos sobre os produtos importados, encarecendo-os. A ocorrência de conflitos internacionais - como a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, e a Primeira Guerra Mundial, na Europa, já no século XX, entre 1914 e 1918 - contribuiu para o desenvolvimento da indústria nacional, pois afetou a produção de bens que o país importava, favorecendo a fabricação de produtos nacionais.

A década de 1930 foi considerada um marco no processo de industrialização brasileiro, pois as transformações que se verificaram naquele momento representaram um forte estímulo ao desenvolvimento industrial. Em decorrência da chamada Revolução de 1930, o eixo do poder político e econômico deixava de ser a elite agroexportadora, criando condições para o desenvolvimento industrial brasileiro. Associadas a essa mudança política, as dificuldades econômicas deflagradas pela queda da exportação de café decorrente da crise econômica mundial (queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929) contribuíram para que se acentuasse o êxodo rural. Em consequência, houve uma grande concentração de mão-de-obra e formação de um mercado consumidor potencial nos grandes centros urbanos.

Com o rápido crescimento da população urbana, especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e a presença de uma infra-estrutura herdada do ciclo do café (capitais acumulados, transportes, energia elétrica etc.), houve uma acelerada expansão industrial - quase sempre dedicada à produção de bens de consumo não duráveis, como alimentos, vestuário e calçados.

A era Vargas e a era Kubitschek

Dois governantes tiveram grande importância no processo de consolidação da industrialização brasileira: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

A partir de 1940, o Estado assume um papel de grande importância para o desenvolvimento industrial do país, investindo grandes somas na implantação das indústrias de bens de produção, bem como no desenvolvimento dos setores de energia e transportes, a fim de criar condições para o rápido desenvolvimento industrial do país. Essa etapa da industrialização brasileira apoiou-se na **substituição de importações**, ou seja, produzir, no Brasil, os produtos até então importados.

As dificuldades causadas pela 2ª Guerra Mundial (1939-1945) ao comércio mundial favorecem essa estratégia de substituição de importações. Getúlio Vargas foi responsável pela infra-estrutura necessária para a instalação de indústrias no país no período de seu primeiro governo (1930-45). Entre suas realizações estão a mineradora Companhia Vale do Rio Doce em Minas Gerais, em 1942. Em 1943, é fundada no Rio de Janeiro a Fábrica Nacional de Motores. Em 1945, a Companhia Hidrelétrica de São Francisco. Em 1946, começa a operar o primeiro alto-forno da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro que teve seu início em 1941.

Em seu segundo mandato (1950-54), foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952 e, no ano seguinte, foi instituída a Petrobras (Petróleo Brasileiro S/A). Vargas teve um governo preocupado em proteger a produção nacional, visto que implementou-se uma política nacionalista.

O nacionalismo da era Vargas é substituído pelo desenvolvimentismo dos anos JK (governo Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961), representado pelo Plano de Metas, a ser cumprida em cinco anos, que privilegiou as obras para a geração de energia, os incentivos fiscais, os transportes e principalmente a construção de rodovias, que facilitou a instalação de montadoras estrangeiras de veículos em nosso país. Nessa época, além das montadoras, vieram indústrias de aparelhos eletroeletrônicos e de alimentos.



Os investimentos externos estimulam a diversificação da economia nacional, aumentando a produção nacional de insumos, máquinas e equipamentos pesados para mecanização agrícola, fabricação de fertilizantes, frigoríficos, transporte ferroviário e construção naval.

No conjunto, a produção industrial cresceu 80% nos cinco anos do governo Juscelino. Como se vê, foi intenso o crescimento econômico verificado nesse período.

No início dos anos 60, o setor industrial supera a média dos demais setores da economia brasileira.

“Milagre econômico”

Em 1964, com a instalação do governo militar, desenvolve-se uma política de fortes incentivos fiscais e crédito público, especialmente para as indústrias de bens de capital (máquinas, motores e equipamentos), e adotam-se medidas antidemocráticas de esvaziamento das organizações político-partidárias e sindicais. Em consequência, o capital estrangeiro se dirige com rapidez para o país e acelera-se a industrialização em nosso território.

O desenvolvimento acelera-se e diversifica-se no período do chamado “milagre econômico” (1967-1973), quando atingimos a 8ª posição mundial em relação ao PIB e o 1º lugar entre as nações subdesenvolvidas industrializadas ou periféricas. O Brasil recebeu vultosos empréstimos internacionais e sua produção industrial foi muito grande. Em 1973, a economia apresentou resultados excepcionais: o Produto Interno Bruto (PIB) cresce 14%, e o setor industrial, 15,8%.

No entanto, como consequência dos empréstimos, a dívida aumentou muito nesse período, agravando as desigualdades sociais, pois a riqueza, que deveria ser aplicada em melhores condições de saúde e educação, foi desviada para o pagamento de compromissos assumidos com organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial.

Com a crise do petróleo e a alta internacional nos juros desaceleram a expansão industrial. Inicia-se uma crise que leva o país, na década de 80, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao descontrole da inflação. O Brasil mergulha numa longa recessão que praticamente bloqueia a industrialização. No início dos anos 90, a produção industrial é

praticamente a mesma de dez anos passados, foi a chamada “década perdida”.

O tripé industrial brasileiro

O período pós-1964 foi caracterizado por uma relação de interesses mútuos entre os três níveis de capitais aplicados no processo industrial, formando aquilo que se tornou conhecido como o tripé da indústria no Brasil, agrupando em um mesmo cenário capital estatal, o capital transnacional e o grande capital nacional.

- Ao *capital estatal* competia o investimento no setor de base - siderúrgicas, petroquímicas, refinarias, hidrelétricas etc. - a fim de oferecer às indústrias de bens de consumo as matérias-primas e os insumos necessários ao seu funcionamento. Nesse período, verificou-se no país um rápido aumento na quantidade das empresas estatais, sobretudo daquelas voltadas para os setores citados;
- Ao *capital transnacional* competia a produção considerada moderna e mais avançada tecnologicamente, dedicada ao setor de bens de consumo durável, a exemplo dos automóveis, dos eletrodomésticos e, especialmente, dos eletroeletrônicos. Tal característica produtiva favoreceu o aumento do endividamento externo do Brasil, entre outras razões, pelas remessas de elevadas quantias (na forma de pagamento de *royalties*) pelo uso de tecnologia importada;
- Ao *capital nacional* competia participar do processo fornecendo peças acessórias e insumos em geral, tanto para as empresas estatais como para as transnacionais, mas fundamentalmente naqueles segmentos em que não havia interesse das empresas estrangeiras.

Fatores e localização industrial brasileira

Com o objetivo de reduzir os custos e aumentar a produtividade, as indústrias decidem sua instalação segundo alguns fatores: concentração de mão-de-obra, proximidade das fontes de matérias-primas, do mercado consumidor e das fontes de energia, sistema de transportes acessível e eficiente.

No Brasil, a distribuição regional das indústrias é reflexo das desigualdades sociais e econômicas que marcam a realidade nacional. Observamos assim, uma forte concentração industrial na Região Sudeste, onde se localiza o principal centro industrial do país, o estado de São Paulo.

A Região Sudeste tornou-se a mais industrializada por uma série de fatores:

- Atividade agro-exportadora de café, que favoreceu a acumulação de capitais;

- Expansão de um grande mercado consumidor interno, especialmente na própria cidade de São Paulo;
- Desenvolvimento de uma importante rede de transportes, sobretudo ferroviária;
- Concentração da mão-de-obra para o trabalho industrial, especialmente a de imigrantes europeus;
- Presença de recursos naturais aproveitáveis economicamente, como as jazidas de minérios de Minas Gerais;
- Potencial hidroelétrico da Bacia do Paraná;
- Proximidade dos dois principais portos do país (Santos e Rio de Janeiro).

setores petroquímico e siderúrgico; o Vale do Paraíba, onde se localizam centros industriais como Volta Redonda (RJ), vinculado à siderurgia; e São José dos Campos (SP), com a indústria aeronáutica, bélica e aeroespacial.

A Região Sul é a segunda mais industrializada do país. Entre os fatores do desenvolvimento industrial, destacam-se as matérias-primas de origem agropecuária, que abastecem as indústrias da região, como as alimentícias, os frigoríficos, óleos vegetais, têxtil, madeireira, calçados e vestuário. É importante também destacar o papel da mão-de-obra do imigrante europeu e a presença de recursos energéticos, como o potencial hidroelétrico e as minas de carvão mineral.

A mais importante concentração industrial está na Região Metropolitana de Porto Alegre, que apresenta um parque industrial diversificado, onde se destacam: o refino de petróleo e a indústria metalúrgica, de couro e de calçados. Na Região Metropolitana de Curitiba encontram-se as indústrias



de refino de petróleo, alimentícias, madeiras e automobilísticas, como a da Volvo (Imagem ao lado). Há ainda alguns outros centros industriais na Região Sul, como Blumenau e Joinville (SC), onde se concentra o setor têxtil; e Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul (RS), onde se concentra a indústria vinícola.

A Região Nordeste, apesar de ter apresentado crescimento da produção industrial nas três últimas décadas, possui ainda pequena participação no total nacional. Entre as bases da industrialização regional, destaca-se a riqueza em matérias-primas agrícolas (cana-de-açúcar, algodão), extrativas vegetais (cera de carnaúba, óleo de babaçu) e extrativas minerais (cobre, sal), bem como o potencial hidroelétrico da Bacia do São Francisco. Os principais centros industriais localizam-se na Região Metropolitana de Recife, onde se destacam as indústrias têxteis e alimentícias, e na Região

Metropolitana de Salvador, com a exploração de petróleo no Recôncavo e o pólo petroquímico de Camaçari (imagem ao lado), além do Centro Industrial de Aratu, que abriga desde fábricas de cimento a metalúrgicas.



A maior concentração industrial do Sudeste está na Região Metropolitana de São Paulo, uma área **poliindustrial** com mais de 40% dos estabelecimentos industriais do país, dos quais os mais significativos são a indústria alimentar, têxtil, química, automobilística e metalúrgica. Outra área de grande concentração industrial é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde se destaca a indústria naval. A Região Metropolitana de Belo Horizonte, outra importante área industrial, teve seu desenvolvimento favorecido pelas reservas minerais do Quadrilátero Ferrífero, apresentando como principais setores industriais o siderúrgico e o automobilístico.

Outras áreas industriais importantes da Região Sudeste são: a Baixada Santista (SP), onde se destacam os

Apesar do crescimento verificado nas últimas décadas, a produção industrial do Nordeste se caracteriza pela dependência. Grande parte do capital investido e da mão-de-obra qualificada da região são provenientes do Sudeste.

A Região Centro-Oeste é a menos industrializada do país. As atividades industriais estão associadas à produção agroextrativa, como as indústrias de beneficiamento de arroz, pequenos frigoríficos, indústrias de couro, metalúrgicas e madeireiras. A maior concentração industrial encontra-se no eixo Campo Grande-Goiânia-Brasília.

A Região Norte conta com dois importantes fatores para o desenvolvimento industrial: a ocorrência de enormes jazidas minerais e a grande capacidade energética. No entanto, sua atividade industrial é pequena e não apresenta grande participação na produção industrial nacional, limitando-se às indústrias mineradoras, à Zona Franca de Manaus e, mais recentemente, à metalurgia do alumínio, no Pará.

Uma zona franca é uma pequena área dentro da qual as indústrias se beneficiam das vantagens oferecidas pelo governo. Em 1967, o governo brasileiro criou a Zona Franca de Manaus, no Amazonas, com o objetivo de atrair indústrias para a Região Norte. Para isso, foi colocada em prática uma política de isenção de impostos que, associada à mão-de-obra barata, atraíram várias empresas nacionais e multinacionais, sobretudo do setor de eletroeletrônicos.

A instalação da Zona Franca dinamizou a economia local. Calcula-se que foram criados cerca de 100 mil novos empregos diretos e indiretos. A cidade de Manaus transformou-se em centro de atração populacional, concentrando cerca de 50% da população do estado do Amazonas.

Importância da atividade industrial no Brasil

A atividade industrial tem uma participação extremamente significativa na economia nacional, não só no valor de sua produção, mas também como fator gerador de emprego direto e indireto, ou seja, na fábrica propriamente dita ou nas mais diversas atividades que com ela se relacionam, como transporte, serviços gerais, comércio etc.

O crescimento expressivo da atividade industrial nos últimos 50 anos colocou o Brasil entre os países mais industrializados do mundo, com uma participação significativa no total da produção mundial, especialmente em alguns setores, como o de alimentos, o têxtil e o de siderurgia.

Porém, ao contrário dos períodos anteriores, em que a expansão da produção industrial era acompanhada pelo aumento do emprego nas indústrias, o crescimento industrial agora passou a se fazer sem o equivalente crescimento do número de operários nas fábricas. Esse processo é consequência das novas tecnologias aplicadas nas indústrias, como a robótica, e da concorrência dos produtos importados.

Como resultado das transformações impostas pela globalização, no final da década de 1990, a sobrevivência de algumas empresas industriais só se tornou possível com a adoção de medidas como modernização tecnológica, automação industrial, fusão com outras empresas, redução do número de funcionários e terceirização. A mais grave

consequência social desse processo foi o acentuado desemprego que se verificou em praticamente todos os segmentos industriais.

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em nosso país existem em operação, atualmente, um pouco mais de 200 mil empresas dedicadas ao segmento das indústrias, as quais empregam em todo o país um contingente da ordem de 6 milhões de trabalhadores. As pequenas indústrias (com menos de 100 operários) são responsáveis pela maior parte dos empregos gerados no setor, consequência de seu menor índice de automação industrial, ao mesmo tempo em que as médias (de 100 a 500 operários) e as grandes indústrias (mais de 500 operários) são responsáveis, em conjunto, por 75% do valor da produção. Veja a tabela:

| Brasil: emprego na produção pelo porte da indústria | | |
|--|--------------------|---------------------|
| Tipo de indústria | Número de empresas | Geração de empregos |
| Pequena | 98,4% | 45,9% |
| Média | 1,3% | 20,0% |
| Grande | 0,3% | 34,1% |

A guerra fiscal

Um fator decisivo para o processo de descentralização industrial, tanto em escala nacional como regional, é a disputa travada por estados e municípios para receber as instalações de grandes empresas transnacionais. É a chamada "guerra fiscal", que consiste em conceder desde terrenos até isenções parciais ou totais de impostos para as fábricas que se instalarem na região.

A "guerra fiscal" começou na década de 1990 e - dos primeiros estados a se envolver foi o Paraná. Em março de 1990 o governo do estado, o município de São José dos Pinhais e o Fundo de Desenvolvimento Econômico assinaram um protocolo com a Renault. A empresa comprometeu-se a construir uma planta na cidade até o início de 1999. O estado e o município doaram um terreno de 2,5 milhões de m² e providenciaram infra-estrutura e logística necessárias. Imagem anterior mostra a linha de produção da Renault.

O documento também previa que o suprimento de energia à montadora teria desconto de 25% e que 40% do capital investido sairia do estado. A Renault e os fornecedores que se instalassem na região - ainda receberia isenção de impostos locais por dez anos.

Essas condições especiais acabaram atraindo ainda a Volkswagen, que se instalou na mesma cidade.